

CONIC SEMESP

15º Congresso Nacional de Iniciação Científica

TÍTULO: INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVA DOCENTE E DISCENTE

CATEGORIA: CONCLUÍDO

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

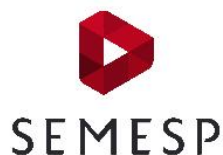
SUBÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUIÇÃO: FACULDADES INTEGRADAS PADRE ALBINO

AUTOR(ES): LAYS LEMOS, JAIME JESUS BORGES MILANEZ, JULIANA GUIDI MAGALHÃES,
MARIANA PENITENTI OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): MARIA RITA BRAGA, NILSON MOZAS OLIVARES

Realização:



Apoio:



1. RESUMO

Inclusão é um tema atual e versa sobre o acesso à educação para portadores de deficiência. O propósito desse estudo foi apreender a perspectiva docente e discente sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior por meio da aplicação de um questionário composto por questões abertas e fechadas. Material e Método: Pesquisa descritiva e exploratória com abordagem quanti-qualitativa. Participaram da pesquisa a amostra de 352 discentes e 86 docentes de uma instituição de ensino superior. Resultados: A educação inclusiva é um assunto que vem despertando atenção por parte da comunidade acadêmica que identificou a real necessidade de ter uma orientação ou treinamento sobre o tema, dispondo-se, inclusive a oferecer treinamentos. A pesquisa também mostra que existe uma preocupação em comum, principalmente relacionada à adaptação do ambiente acadêmico, buscando-se eliminar barreiras arquitetônicas e interpessoais. Conclusão: É necessário contribuir com a cultura da “educação para a boa e fraternal convivência”, estimulando a reflexão sobre a aceitação da diversidade inerente à condição humana, incluindo socialmente a toda a comunidade acadêmica por intermédio da educação.

2. INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser único, com características próprias decorrentes de seus pensamentos, sua estrutura física, psicológica, emocional e social. Devido a estas diferenças, de alguma forma, aprende e contribui com o aprendizado do outro, por meio de inter-relações. Nesse sentido, a inclusão é uma questão importante para que este aprendizado se efetue, pois é necessário estar junto, compartilhando dificuldades e superando os obstáculos encontrados por cada um de nós, para que a evolução contemple o ser humano.

Diversidade é um componente da sociedade e, portanto, da educação em sociedade. As pessoas envolvidas com a educação devem reconhecer e respeitar às necessidades de cada aluno, o que favorecerá a aquisição do conhecimento e a aprendizagem de todos os envolvidos, desde o gestor da instituição de ensino até o aluno. A premissa de que cada indivíduo aprende e se desenvolve segundo suas características, limitações e potencialidades e, portanto, tem o direito de explorar seu potencial o mais amplamente possível está garantido na Constituição da República, no seu art.206, inciso I – “igualdade de condições para o acesso e

permanência na escola – e art. 208, inciso V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”¹.

Educação Inclusiva é um tema atual, mas não contingente, pois é o resultado de estudos embasados na Declaração Universal dos Direitos Humanos², na Declaração Mundial de Educação para Todos³, na Declaração de Salamanca⁴, na lei nº 10.098/00⁵, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, entre outras legislações. A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior constitui-se um dos temas fundamentais para aqueles que estão inseridos no contexto educacional.

Várias iniciativas governamentais sobre o tema dispõem sobre a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) em assegurar condições que viabilizem o ingresso e permanência do aluno com necessidades especiais. Entre elas, destaca-se a Lei de Diretrizes Básicas da Educação determina o atendimento educacional, em todos os níveis, para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação⁶. Ressalta-se também a Lei nº 10.172/2001/PNE que destaca "... a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade Humana”⁷.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012, recomenda a transversalidade curricular, a democracia na educação e o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades⁸. Em virtude destas legislações e de novas concepções sobre educação inclusiva, o acesso das pessoas com deficiência à educação superior vem se ampliando significativamente, e esta mudança é apontada por indicadores do Censo da Educação Básica e Superior, em relação ao quadro crescente do número de matrículas⁹. Tal mudança incita novas posturas e ações da comunidade acadêmica relacionadas à acessibilidade, pois deve-se pensar em acessibilidade em todos os seus níveis, sejam arquitetônicos, comunicacionais e principalmente, atitudinais.

Estudos sobre a inclusão no ensino superior são ainda escassos, e apontam para a necessidade de intensificar o debate e as investigações pertinentes ao assunto, no sentido de alicerçar as propostas de implantação e implementação de serviços de apoio à comunidade acadêmica visando suporte pedagógico e físico que favoreçam a acessibilidade nas instituições¹⁰.

3.OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apreender a perspectiva docente e discente sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

4.METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, realizado com docentes e discentes nos dois campus de uma Instituição de Ensino Superior (IES), localizada no noroeste paulista. Os dados foram coletados por meio de questionário especialmente elaborado pelos pesquisadores para esta finalidade. Após a coleta, os dados foram tabulados, consolidados e analisados através da estatística descritiva¹¹. Ao se falar de uma amostragem, esta se referindo a uma contagem ou medição de uma parcela da população¹². A amostragem é denominada de aleatória, quando as chances de escolha de cada elemento da população são as mesmas¹³. Ela deve ser simples, como por exemplo, uma amostra de resposta voluntária e complementa que a confiabilidade da mesma independe do seu tamanho¹⁴. Ressalta-se que é a qualidade e não a quantidade da amostra que garante bons resultados¹⁵.

5. DESENVOLVIMENTO

Para investigar esse universo descrito, foram levantados, por meio de um questionário, dados relacionados às seguintes variáveis de interesse: “caracterização da amostra”, “experiência em sala de aula com graduandos portadores de deficiências”, “conhecimento sobre legislações relacionadas à inclusão”, “necessidades de orientação/treinamento para inclusão dos alunos com deficiência”, “capacitação/treinamento sobre o tema”, “adaptações necessárias para a efetivação da inclusão no ensino superior”.

6. RESULTADOS

A IES analisada reúne dentro dos seus oito cursos de graduação (Administração, Biomedicina, Direito, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Pedagogia, Medicina), um total de 214 professores e 1913 discentes.

Na análise das amostras referentes ao gênero e faixa etária, temos um total composto de 86 professores e 352 alunos, o que equivale respectivamente a uma amostragem de 40% e 18% do total. Em relação à caracterização da amostra por gênero, evidenciou-se a predominância feminina da amostra, sendo que, entre os docentes a participação feminina ficou com 55,8% e 44,2% para a participação masculina. Em relação aos discentes, destaca-se que 59,7% pertencem ao público

feminino e 40,3% pertencem ao público masculino. A literatura pesquisa apresenta dados correlatos semelhantes apenas para a amostra discente, pois segundo o Censo da Educação Superior¹⁶, enquanto a população feminina é predominante entre os discentes, o quadro de docentes é formado, em sua maioria, pelos homens.

Em relação à amostra por faixa etária, observou-se entre os professores adultos jovens, na faixa etária entre 31 a 45 anos, totalizando 48,8%, quase a metade da amostra. Salienta-se ainda, que 29,1% estão na faixa entre 46 a 55 anos. De 56 a 65 anos, há 12,8%; no último intervalo temos 9,3% dos professores com mais de 65 anos. Estes dados estes que são similares aos encontrados na literatura, no que tange aos docentes que atuam em instituições de ensino superior^{10,16}.

Em relação aos alunos entrevistados, 19,6% formam a faixa etária até 19 anos, 33,5% estão entre 20 a 22 anos. O restante da amostra tem idade entre 22 e 32 anos. Dados semelhantes foram encontrados no Censo da Educação Superior¹⁶.

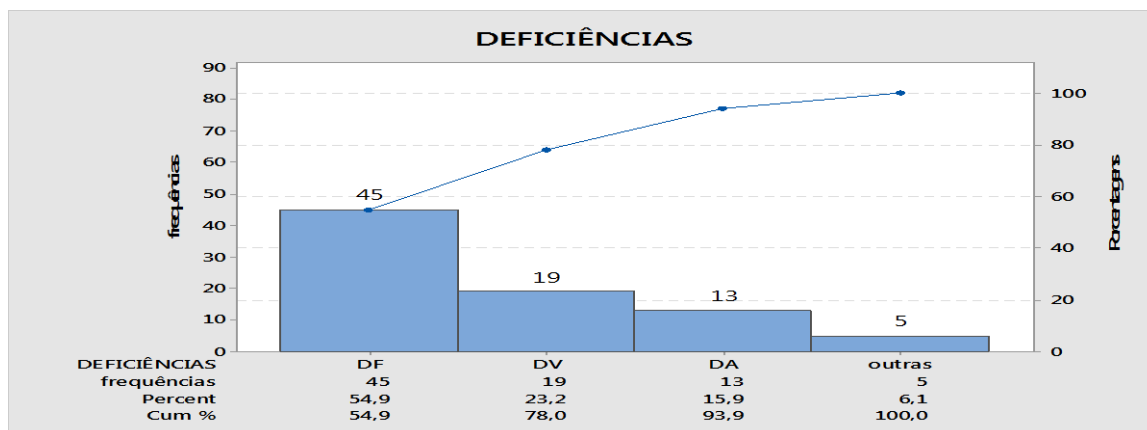
Em relação à questão, “você possui algum tipo de deficiência?”, ressalta-se que a grande maioria, 97,67% dos professores respondeu não possuir qualquer tipo de deficiência, e apenas 2,33% responderam positivamente a questão; o mesmo ocorrendo com os alunos, a maioria respondeu sim, 97,2% e apenas 2,8% respondendo não a referida questão.

Quanto ao “tipo de deficiência apresentada”, constatou-se todos os docentes que revelaram possuir algum tipo de deficiência apresentavam deficiência era visual. Já para os discentes que responderam ter alguma deficiência, verificou-se que 90% possuem deficiência visual e 10% deficiência física. Salienta-se que os docentes e discentes se autodeclararam como apresentando algum tipo de deficiência, não sendo solicitada nenhuma confirmação diagnóstica, no entanto, os dados se assemelham aos encontrados literatura, onde a deficiência visual aparece como a mais comum na população geral¹⁷.

Quando questionado se o entrevistado teve experiência em sala de aula com aluno com deficiência, 81,4% dos professores responderam afirmativamente e 18,6% não tiveram nenhuma experiência. Entre os discentes, 77,6% não possuíram nenhuma experiência e 22,4% responderam sim quando perguntados. Enfatizando a questão, dentre os docentes que tiveram contato com alunos com deficiência, foi constatado que a maioria destes possui deficiência física, correspondendo a 54,9%; seguido de deficiência visual 23,2% e que somados esses percentuais, temos 78%; seguidos de deficiência auditiva 15,9% e que somados aos três primeiros citados,

corresponde ao acumulado de 93,9% e outros tipos de deficiências, correspondendo a 6,1 % fechando o acumulado de 100% dos casos (Gráfico 1).

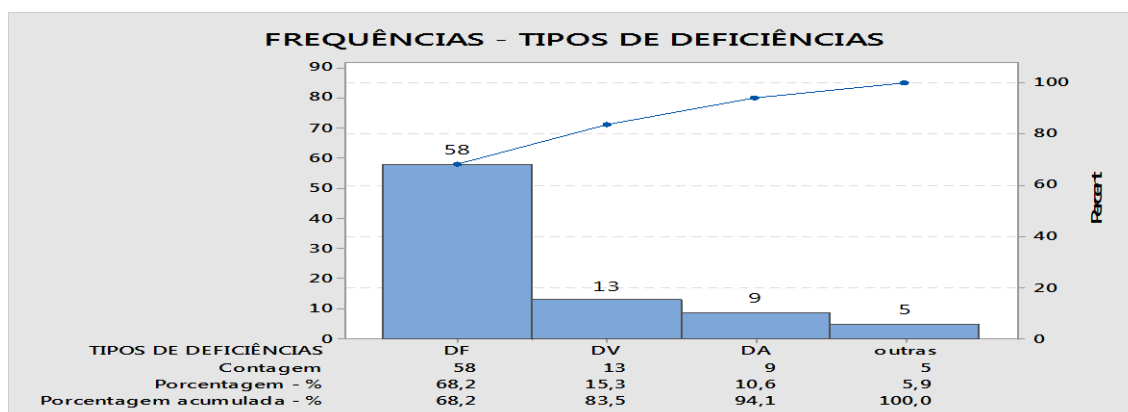
Gráfico 1 – Frequências de alunos com deficiências encontrados à qual relata o professor docente



Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Silva, Cymrot e Dantino¹⁰. No estudo desses autores 70,9% dos docentes de ensino superior tiveram contato com alunos deficientes que, em sua maioria (53,5%), eram deficientes físicos.

Para os discentes que tiveram oportunidade de ter experiência com os alunos deficientes, apontado no Gráfico 2, a maioria destes eram deficientes físicos, 68,2%; os que possuem deficiência visual 15,3% e que esses percentuais somados resultam em 83,5%; na sequência, verificam-se os deficientes auditivos com 10,6% e que adicionados aos três primeiros, corresponde ao acumulado de 94,1% e outros tipos com 5,9 % encerrando com 100 de totalização dos casos.

Gráfico 2 – Tipos de deficiências com alunos à qual os alunos tiveram contato



Pode-se inferir que cada vez mais este contato aluno sem deficiência – aluno com deficiência será presente nas instituições de ensino, pois segundo dados estatísticos, as matrículas de portadores de deficiência aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais. Em

2010, 6,7% das pessoas com deficiência possuíam diploma de cursos superior, enquanto 10,4% das pessoas sem deficiência o possuíam¹⁷.

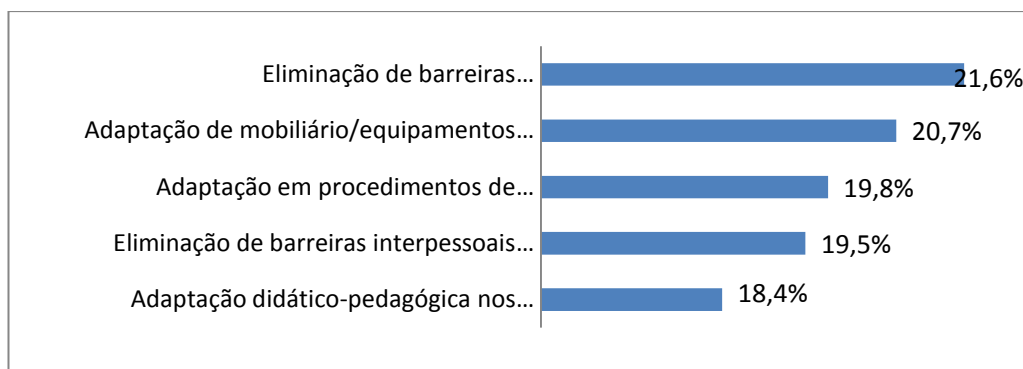
Quanto ao conhecimento da lei, amparando o indivíduo deficiente no acesso ao estabelecimento de ensino superior, 62,8% dos docentes responderam que têm conhecimento da lei; 37,2% desconhecem se existem legislações relacionadas com o tema. Sobre esta questão, 42% dos discentes responderam que conhecem a legislação, 58% desconhecem sua existência. As legislações sobre inclusão na educação de pessoas com necessidades educacionais especiais enfatizam o acesso ao ensino e a socialização dessas pessoas, incluindo a flexibilização dos serviços educacionais, e outras melhorias como infra-estrutura e capacitação de recursos humanos, de forma que haja uma permanência qualitativa desses alunos nas IES.

Quando questionado se o entrevistado dispunha-se à capacitação ou treinamento sobre o tema, 81,4% dos docentes responderam positivamente e apenas 18,6% se negaram a capacitação. Entre os discentes, 72,4% respondeu sim enquanto 27,6% se negaram fazer a capacitação.

Quanto à percepção do professor sobre “qual o tipo de treinamento/capacitação indicaria para a comunidade acadêmica conviver/trabalhar com os graduandos com deficiência”, a maioria indicou “palestras” 26,3%, seguida de “cursos” 24,2%, “orientação” 18,3%, *workshop* 16,1%, ensino “semi-presencial” 8,1% e “outras” 7%; já em relação aos discentes, quando perguntado a eles, a maioria indicou “orientação” 32,1%, seguido de palestras 30,3%, “cursos” 20,1%, *workshop* 10,1%, ensino semi-presencial 5,6% e “outras” 1,8%. Os achados na literatura apontam que os docentes se dispõem a capacitação por entenderem que a dificuldade não se encontra em aceitar o aluno deficiente, mas em saber trabalhar com ele¹⁸. Entende-se que a capacitação deve atingir toda a comunidade acadêmica, pois este é um procedimento fundamental para a transformação de atitudes no sentido de colaborar com a efetivação da inclusão¹⁹.

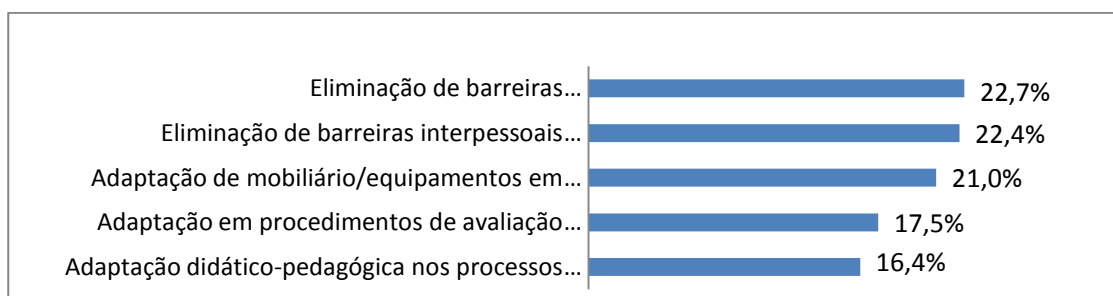
Quando questionados sobre a necessidade de adaptação no ambiente para torná-lo acessível, os docentes priorizaram: “necessidade de eliminação de barreiras arquitetônicas/adaptação do espaço coletivo”, seguido de “adaptação de mobiliário/equipamentos em sala de aula”, “adaptação em procedimentos de avaliação do ensino-aprendizagem”, “eliminação de barreiras interpessoais manifestas em ações e sentimentos” e “adaptação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem” (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Adaptações necessárias na perspectiva do docente.



Sobre a mesma questão os discentes apontaram: “necessidade de eliminação de barreiras arquitetônicas/adaptação do espaço coletivo”, seguido de “eliminação de barreiras interpessoais manifestas em ações e sentimentos”, “adaptação de mobiliário/equipamentos em sala de aula”, “adaptação em procedimentos de avaliação do ensino-aprendizagem”, e “adaptação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem” (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Adaptações necessárias na perspectiva do discente



Segundo a Lei 10.098, barreiras são entraves que limitam ou impedem o acesso, a liberdade de movimento e circulação com segurança das pessoas. Esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida⁵. As barreiras interpessoais precisam ser eliminadas por caracterizarem pensamentos preconceituosos²⁰. Já as adaptações didático-pedagógicas subsidiarão a prática docente e irão favorecer a aprendizagem do aluno²¹.

Quando perguntado aos docentes se “conviver ou trabalhar com alunos deficientes traz benefícios à comunidade acadêmica (docentes, discentes, gestores e funcionários)”; responderam sim a esta questão 97,7%; e apenas 2,3% responderam não; a grande maioria dos discentes também respondeu sim com 91,2% e apenas 1,7% responderam que não e 7,1% alegaram desconhecer o que foi indagado. Segundo o Guia Prático: o Direito de Todos à Educação²², os

benefícios da convivência entre pessoas com e sem deficiência estão relacionados ao desenvolvimento de valores como solidariedade e respeito à diversidade, além de atitudes de acolhimento e cooperação, elevando assim, o compromisso de todos com a transformação da nossa sociedade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um assunto que vem despertando atenção por parte de toda a comunidade acadêmica das instituições de ensino superior, em especial para os docentes e discentes, alvo dessa pesquisa, que identificou que ambos convergem para a real necessidade de ter uma orientação ou treinamento sobre o tema, dispondo-se, inclusive a esses treinamentos.

Uma vez identificado que o convívio com pessoas que possuam necessidades especiais de ensino traz benefícios a toda comunidade acadêmica, a pesquisa também mostra que existe uma preocupação em comum principalmente relacionada à adaptação do ambiente acadêmico apontando para a eliminação de barreiras arquitetônicas e interpessoais. Acreditamos que este trabalho tenha contribuído com a cultura da “educação para a convivência”, estimulando a reflexão sobre a aceitação da diversidade inerente à condição humana, por meio da eliminação e adequação de barreiras, sejam elas arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a toda a comunidade acadêmica por intermédio da educação.

8. FONTES CONSULTADAS

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
2. UNESCO. Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. [acesso em 28 de abr de 2014]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>
3. Brasil. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
4. Brasil. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

5. Brasil. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 19 de dezembro de 2000. [acesso em: 21 mar. 2014]; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm
6. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 23 dez. 1996. [acesso em: 21 mar. 2014]; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
7. Brasil. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, 9 de janeiro de 2001. [acesso em: 21 mar. 2014]; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm
8. Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012. [acesso em 28 de Abr de 2014]; Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usu%C3%A1rio/Meus%20documentos/Downloads/rcp001_12.pdf
9. SECADI/SESu. Programa Incluir – acessibilidade na educação superior, 2013.
10. SILVA AM, CYMROT R, D'ANTINO MEF. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. R. Brás. Est. Pedag. Brasília 2012; 93: 667-97.
11. SILVA E.M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 3.ed. – 11. Reimpr. São Paulo. Atlas; 2008.
12. LARSON R. Estatística aplicada. 4 ed. – São Paulo. Pearson Prentice Hall; 2010.
13. ARANGO HG. (2012). Bioestatística: teórica e computacional: com banco de dados reais em disco. 3.ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan; 2012.
14. TRIOLA M F. Introdução à estatística: atualização da tecnologia. 11ª ed. Rio de Janeiro. LTC; 2013.
15. MOURÃO JÚNIOR CA. Questões em bioestatística: o tamanho da amostra. Revista Interdisciplinar de estudos experimentais. Artigo de revisão. v.1 n. 1 p. 26 – 28, 2009.

16. INEP. Censo do Ensino Superior de 2012. Resumo técnico. [acesso em 28 de abr de 2014]; Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf
17. IBGE. Dados do Censo IBGE de 2010. [acessado em: 08 de Jun. 2014]; Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/ultimas-noticias/dados-do-censo-ibge-de-2010>
18. Lidio VM, Camargo MAB. A percepção do docente na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior. Rev.Triang: Ens.Pesq.Ext. Uberaba. 2008;1:04-19.
19. MITTLER P. Educação Inclusiva: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed; 2003.
20. GOTTI MO. Educação Inclusiva: Avanços na Educação de Alunos Surdos. Inclusão. Revista de Educação Especial; 2006. [acesso em: 25 abr. 2014]; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/revistainclusao2.txt>
21. Brasil. Ministério da Educação. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília; 2003.
22. Ministério Público do Estado de São Paulo. Guia Prático: O Direito de Todos à Educação. Diálogo com os Promotores de Justiça do Estado de São Paulo. São Paulo: Sorri Brasil; 2013.